

Para especialista, definição de classe média 'é arbitrária'

ANTÔNIO GOIS
DA SUCURSAL DO RIO

Não existe definição oficial — muito menos consensual — do que seja a classe média. No entanto, não importa qual metodologia adotada, o que as pesquisas do IBGE e de outros institutos mostram é que ela tem crescido no Brasil desde 2004.

Autor do estudo que, na semana passada, destacou o crescimento da classe média brasileira, o economista Marcelo Neri, da FGV, diz que o tamanho dessa classe ou a forma como ela é definida é o menos importante em seu estudo.

“O limite que define as faixas de cada classe eu concordo que é arbitrário, é uma simplificação. O que mostramos de mais importante é que está havendo um crescimento dela e que, mesmo com as crises internacionais, esse movimento continuou em 2008.”

Neri afirma que, em seu levantamento, optou por classificar de classe média os domicílios com renda total entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591 porque é essa faixa de renda que distingue quem não está entre os 10% mais ricos nem entre os 50% mais pobres da população. A partir desse recorte, o mais importante, segundo ele, foi verificar a evolução.

“O que eu queria chamar a atenção é que essa classe cresceu. Mesmo se você considerar como média apenas quem está na classe A ou B [renda domiciliar superior a R\$ 4.591], também houve aumento”, diz.

Para ele, no entanto, na hora de definir o que é a classe média brasileira, não se deve “importar” a imagem que se tem em países ricos. “Nos Estados Unidos, classe média é quem tem dois carros e um projeto para construir uma piscina. Mas isso é no país mais rico do mundo”, afirma o economista.

Neri diz que há outras formas de definir o que seria a classe

média e que uma delas está sendo trabalhada pela FGV e será divulgada brevemente, levando em conta não a renda, mas a expectativa das pessoas em relação a seu futuro.

O presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, Waldyr Pilli, concorda com Neri na afirmação de que a classe média está crescendo no país, independentemente da forma como ela é definida.

Em janeiro deste ano, a associação atualizou seu critério de definição de classes econômicas, conhecido como Critério Brasil, o mais empregado em pesquisas de opinião e de mercado.

Esse critério, para facilitar o trabalho dos pesquisadores em campo, cria uma tabela de pontos relacionados à quantidade de bens em cada domicílio e à escolaridade do chefe de família. A partir dessas informações, as classes são divididas em oito grupos: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E.

“O que queremos com esse critério é ter uma ferramenta para estimar o poder de consumo das pessoas. Utilizamos a tabela de acordo com a posse de bens porque nem todas as pessoas sabem informar a renda total domiciliar, mas quase todas sabem dizer quantos rádios, carros ou TVs elas têm em casa”, diz Pilli.

Ele explica que não há uma regra imutável para definir a divisão das classes econômicas pelo Critério Brasil.

“O que nós tentamos fazer é manter a proporção da população que está em cada classe mais ou menos nos mesmos patamares. Por isso atualizamos com frequência o critério. É uma forma arbitrária de classificar, mas é preciso entender que o objetivo é justamente diferenciar as pessoas de acordo com seu poder de consumo, e não classificar ninguém em termos de classes sociais”, afirma o presidente da associação.



Marcelo Neri (FGV), que destacou expansão da classe média